Investimento, Poupança e Crédito: Uma comparação preliminar entre as abordagens de Kalecki e Schumpeter

Glaudionor Barbosa¹

Guilherme Cavalcanti²

Resumo

Este trabalho é uma tentativa de focar alguns dos aspectos mais relevantes das teorias econômicas do polonês Michal Kalecki e do austríaco Joseph Schumpeter. Procurou-se situar as idéias-chave de ambos, dentro de um contexto de integração entre os objetivos e motivações microdinâmicos da firma e o ambiente macrodinâmico. Tentou-se, também, de uma forma bastante simplificada, comparar aquelas idéias-chave daqueles dois economistas, buscando encontrar convergências e divergências. O melhor resultado do trabalho é que, apesar de diferenças marcantes, há pontos de contato importantes entre eles.

Palavras-chave: dinâmica, investimento, inovação, poupança e crédito

1 Introdução

O objetivo fundamental deste trabalho é apresentar as principais idéias de Kalecki e de Schumpeter sobre dinâmica capitalista, particularmente os conceitos de investimento, inovação, poupança e crédito e as possíveis relações entre eles. Há, ainda, a intenção de comparar o pensamento dos dois economistas sobre as referidas questões e, com isso, buscar – na medida em que existam – convergências e divergências.

Este trabalho é composto por quatro seções, incluindo, como de praxe, esta introdução. Na seção dois, apresenta-se a abordagem de Kalecki, (1978) que se divide em três subseções: na subseção 2.1, são discutidos os determinantes dos lucros, tentando-se identificar suas variáveis explicativas; na 2.2, discute-se financiamento e crédito; a 2.3 trata da inter-relação entre investimento, taxa de juros e capital empresarial. Na seção 3, apresenta-se o enfoque de Schumpeter, também dividido em três subseções: em 3.1, se faz o estudo do fluxo circular e do equilíbrio estático; em 3.2, a discussão versa sobre inovações, empresário e dinâmica capitalista, e há então o compromisso de clarificar os aspectos essenciais da visão de Schumpeter (1982) sobre a macrodinâmica; em 3.3, debatem-se as questões referentes a crédito e a sistema bancário. A seção quatro é a conclusão, onde será feito um confronto entre as idéias principais dos dois economistas, buscando-se pontos de *proximidade e de afastamento*.

¹ Professor Assistente/DEA/UNICAP

² Professor Adjunto/CME/UFPB

2. A abordagem de Kalecki

2.1. Determinantes dos lucros

Se do ponto de vista de Keynes, o problema central das economias capitalistas é de “demanda efetiva”, na ótica de Kalecki há, nessas economias, um problema de “realização da produção”.

Podemos, então, afirmar que o objetivo central de Kalecki (1978), ao levantar o problema da realização, era provar que são os gastos dos capitalistas que determinam o volume dos lucros. Dito de outro modo, dada a capacidade produtiva da economia e a distribuição de renda, são a acumulação de capital (o investimento) e o consumo dos capitalistas as variáveis fundamentais para determinar lucros, salários e renda nacional.

Kalecki (1978) partia da constatação de que as economias capitalistas desenvolvidas não sofriam (excetuando momentos especiais) de problemas de escassez de força de trabalho e de capital. Se ocorrem interrupções no crescimento (crises, depressões etc) não é por falta de recursos produtivos, pois, se todos os recursos forem utilizados, seria possível eliminar o desemprego, aumentar a renda e evitar as crises. O problema é que o capital instalado e a força de trabalho disponível não são plenamente usados. A resposta, então, deve ser procurada no lado da demanda, ou seja, a demanda é insuficiente para realizar toda a produção que poderia ser criada. Mais adiante, vamos verificar que a produção não é realizada porque os gastos dos capitalistas são menores do que a capacidade produtiva de que eles mesmos dispõem.

Para entender a dinâmica de uma economia capitalista, Kalecki (1978) vai desenvolver um modelo com os seguintes supostos básicos:

- a) duas classes sociais e duas classes de renda – os trabalhadores recebem salários e os capitalistas lucros;
- b) economia fechada (isto é, sem relações econômicas com o exterior), ou exportações igual à importações e ausência de movimentos de renda líquida;
- c) economia sem Governo, ou orçamento equilibrado (receitas iguais às despesas do Governo);
- d) ausência de poupança dos trabalhadores, isto é, os salários são gastos em consumo;
- e) inexistência de acumulação de estoques, ou havendo, essa deve ser computada como produção de bens de investimentos;
- f) a produção, o lucro e o investimento são considerados em seus valores brutos, isto é, antes da depreciação.

Por sua vez, no esquema de reprodução de Kalecki (1978), a economia é dividida em três departamentos, ou seja, o departamento I produz bens de investimentos, o departamento II produz bens de consumo dos capitalistas e o departamento III produz bens de consumo dos trabalhadores. Uma pergunta se faz necessária: quem produz os bens intermediários utilizados nos três setores? A suposição de Kalecki (1978) é de que cada departamento produza seus próprios bens intermediários que compõem seus bens finais, eliminando, assim, a necessidade de um departamento IV e podendo, dessa maneira, dividir, sem problemas, a produção de cada departamento em salários e lucros. De outro modo, o **valor da produção** de cada setor é sempre igual ao **valor adicionado**, que, por sua vez, é igual à soma de salários e lucros.

Com base no que foi argumentado acima, podemos construir o esquema de reprodução kaleckiano, como feito abaixo:

Departamento I	Departamento II	Departamento III	TOTAL
L_1	L_2	L_3	L
W_1	W_2	W_3	W
I	Cc	Cw	Y

Onde:

L = Lucros

W = Salários

I = Investimento

Cc = Consumo dos Capitalistas

Cw = Consumo dos Trabalhadores

Y = Renda Nacional

O que nos permite formular as seguintes equações de comportamento:

$$L = L_1 + L_2 + L_3 \quad (1)$$

$$W = W_1 + W_2 + W_3 \quad (2)$$

$$Y = I + Cc + Cw \quad (3)$$

$$I = L_1 + W_1 \quad (4)$$

$$Cc = L_2 + W_2 \quad (5)$$

$$Cw = L_3 + W_3 \quad (6)$$

$$Y = L + W \quad (7)$$

Comparando as equações de renda nacional, isto é, (3) e (7), temos

$$L + W = I + Cc + Cw \quad (8)$$

e utilizando o suposto de que os trabalhadores gastam todo salário em bens de consumo, então

$$W = C_w, \text{ logo } L = I + C_c \quad (9)$$

Isso significa, formalmente, que o lucro total é igual à soma do investimento com o consumo dos capitalistas, ou que o lucro total corresponde aos gastos dos capitalistas, ou, ainda, que o lucro total é igual à produção dos departamentos I e II.

Podemos concluir afirmando que, dada a capacidade produtiva da economia e a distribuição de renda entre lucros e salários, o lucro total é igual ao investimento mais o consumo dos capitalistas. Mas não podemos, ainda, dizer que são os lucros dos capitalistas que determinam seus gastos, ou se, ao contrário, são seus gastos que determinam seus lucros.

A equação $L = I + C_c$ (9) é a equação simplificada dos lucros. Poderíamos interpretá-la com o significado de que o lucro é dividido em investimento e consumo dos capitalistas; assim, o lucro seria a variável independente, enquanto o investimento e o consumo dos capitalistas seriam as variáveis dependentes, ou seja, $I = f(L)$ e $C_c = g(L)$. Porém não é isso que ocorre; as variáveis independentes são I e C_c e a soma delas determina o lucro no período t , ou seja, $L = h(I, C_c)$.

Sabemos que o lucro depende da receita e que a receita depende das vendas, ou seja, quanto maior o volume de vendas, maior o valor da produção e maior será o volume dos lucros.

É preciso demonstrar que o lucro depende **não** de todo o valor da produção, mas do valor da produção dos departamentos I e II apenas, isto é, das vendas de bens de investimento e de bens de consumo dos capitalistas. Vamos supor que o valor da produção de toda a economia está crescendo em consequência apenas do aumento do valor da produção do departamento III, isto é, está aumentando apenas a produção de bens de consumo dos trabalhadores. Nesse caso, os lucros dos capitalistas do departamento III também estão aumentando. Mas não os lucros totais, pois, se os lucros do departamento III aumentam, é por que os trabalhadores dos departamentos I e II estão comprando mais, e isso só é possível porque os salários daqueles departamentos estão maiores. Como a produção é a mesma, então os lucros estão caindo, enquanto os salários aumentam. Em resumo: o aumento dos lucros no departamento III é exatamente igual à diminuição dos lucros nos outros dois departamentos. Portanto, é o investimento e o consumo dos capitalistas, isto é, são as produções dos departamentos I e II que determinam o volume dos lucros.

Significa que o volume dos lucros **não** exerce influência sobre o investimento e o consumo dos capitalistas? Exerce, sim, da seguinte maneira: os lucros do período t influenciam

os gastos do período $t + 1$, porém dentro do mesmo período são os gastos que determinam os lucros.

Na relação entre os gastos do período atual e os lucros do período anterior, podemos ter três situações:

- a) se os gastos atuais forem **iguais** aos lucros do período anterior, estamos numa economia estacionária, isto é, $(I + Cc) t + 1 = Lt \Rightarrow$ economia estacionária;
- b) se os gastos atuais forem **menores** do que os lucros do período anterior, estamos numa economia em depressão, isto é, $(I + Cc) t + 1 < Lt \Rightarrow$ economia em depressão;
- c) se os gastos atuais forem **maiores** do que os lucros do período anterior, isto é, $(I + CC) t + 1 > Lt \Rightarrow$ economia em expansão.

A escola marginalista, particularmente a corrente austríaca (Böhm-Bowerk, principalmente), afirma que o lucro é um “preço pela espera” auferido pelo capitalista, ou seja, o lucro seria um prêmio pela abstinência dos capitalistas. Pela equação dos lucros, de Kalecki (1978), a conclusão é diametralmente oposta: o lucro será tanto maior quanto maiores forem os gastos e **não** a poupança, então é possível concluir que o lucro é o prêmio que os capitalistas recebem por gastarem.

Pela natureza dos argumentos apresentados e tendo em vista que a equação keleckiana mostra os lucros determinados por fatores de demanda dos capitalistas, podemos considerá-la como uma equação de realização dos lucros.

Para chegar à equação completa dos lucros, Kalecki (1978) vai suspender as hipóteses simplificadoras que resultaram na equação simplificada dos lucros, e consideremos uma economia com governo, comércio exterior, na qual os trabalhadores poupam uma parte de seus salários. Tais procedimentos nos permitem chegar à equação completa dos lucros.

Vamos partir da equação simplificada $L = I + Cc$ (9), e admitindo-se que $W \neq Cw$, ou $W - Cw = Sw$, donde: $L + W = I + Cc + Cw$. Denotando:

$$W^* = W - Td$$

$$L^* = L - Td$$

$$\Delta X = X - Q$$

$$T = Td + Ti$$

Onde: X = Exportações
 Q = Importações
 ΔX = Saldo das Exportações
 T = Tributos (totais)

T_i = Tributos Indiretos

T_d = Tributos Diretos

G = Gastos Governamentais

$$\text{Então: } W^* + L^* + T = C_w + C_c + I + G + \Delta X$$

Como: $S_w = W^* - C_w$ e $\Delta G = G - T$, sendo: ΔG = Déficit orçamentário do governo, então: $S_w + L^* = C_c + I + \Delta G + \Delta X$. Ou ainda:

$$L^* = C_c + I + \Delta X + \Delta G - S_w$$

Por comodidade, podemos desprezar a simbologia (L^*) e escrever a equação completa dos lucros, como:

$$L = C_c + I + \Delta X + \Delta G - S_w \quad (10).$$

Analisando os três últimos componentes da equação acima, podemos concluir que:

a) quanto maior a poupança dos trabalhadores, menor será o lucro dos capitalistas.

O raciocínio é o seguinte: se a poupança dos trabalhadores aumenta, o consumo diminui, logo os lucros do departamento III cairão e também os lucros totais. Formalmente: se $S_w \uparrow \Rightarrow C_w \downarrow \Rightarrow L_3 \downarrow \Rightarrow L \downarrow$;

b) o aumento das exportações líquidas (ΔX) necessariamente elevará os lucros totais. Vamos supor a economia nacional composta de quatro departamentos: os três tradicionais, mais um departamento IV que produz apenas bens exportáveis e vamos representar por (X) o valor da produção e por (L_4) os lucros e (W_4) os salários, de forma que: $X = L_4 + W_4$. O lucro do departamento III seria igual a $L_3 = W_1 + W_2 + W_4$ (dado que estamos supondo que $W_3 = C_w$) e o lucro total seria $L = L_1 + L_2 + L_3 + L_4$. Então, toda a exportação corresponderia a lucro: lucro do departamento IV, isto é, L_4 e uma parte do lucro do departamento III, isto é, W_4 . Resumindo: todo valor exportado equivale a lucro e todo valor importado é uma redução dos lucros, porque reduz as vendas da economia nacional. De outra forma, podemos assegurar que os lucros totais dependem do saldo das exportações;

c) quanto ao déficit orçamentário, sabemos que as atividades do Governo são de dois tipos: os gastos (despesas) e a tributação (receitas). Quando o governo gasta, ele promove o aumento dos lucros dos capitalistas, ou diretamente comprando a eles, ou pagando salários que serão gastos em compras aos capitalistas; quando o governo cobra impostos, ele reduz os lucros, ou diretamente tributando os capitalistas, ou via tributação dos salários, que, ao serem reduzidos, realizam um volume menor de compras aos capitalistas. Evidentemente que um déficit orçamentário do governo representa uma elevação no volume dos lucros.

Apesar de o raciocínio ser bastante simples, como apresentado acima, é preciso compreender que os capitalistas não têm seus gastos diminuídos pelos impostos incidentes sobre os lucros, ou dito de outro modo: a existência dos impostos significa que os capitalistas deixaram de gastar um montante igual àqueles, mas não significa que, na ausência dos impostos, fariam um gasto adicional correspondente ao valor daqueles.

Para melhor entendimento da questão colocada acima, vamos supor: i) uma economia fechada; ii) sem poupança dos trabalhadores; e iii) orçamento do governo equilibrado. Admitimos duas hipóteses. Na primeira, não existem impostos sobre os lucros; então, $L(1) = I(1) + Cc(1)$. Na segunda hipótese, existem impostos sobre os lucros, e teremos $L(2) - T = I(2) + Cc(2)$, onde T são os impostos. De acordo com o senso comum $L(1) > L(2)$, ou seja $L(1) = L(2) - T$ e portanto: $[I(1) + Cc(1)] - [I(2) + Cc(2)] = T$. Na verdade, são possíveis três situações diferentes: i) como pagar impostos não afeta as decisões de gastos dos capitalistas, então: $I(1) + Cc(1) = I(2) + Cc(2)$, e conseqüentemente $L(1) = L(2) - T$, ou seja, os capitalistas obterão o mesmo lucro nas duas hipóteses;

ii) como os impostos estimulam a economia, os capitalistas **decidem** gastar mais, então: $I(1) + Cc(1) < I(2) + Cc(2)$ e, por conseqüência, $L(1) < L(2) - T$, ou seja, os capitalistas lucram mais, mesmo pagando impostos;

iii) como os impostos deprimem a economia, os capitalistas gastarão menos, então: $I(1) + Cc(1) > I(2) + Cc(2)$, portanto $L(1) > L(2) - T$, mas, mesmo nesse caso, não podemos afirmar que a diferença entre $L(1)$ e $L(2)$ seja necessariamente igual a T.

2.2. Financiamento e crédito

Anteriormente, deixamos em aberto uma questão a que vamos responder agora: como explicar que os gastos dos capitalistas em investimentos e consumo, num certo período, pode ser maior do que os lucros do período passado? Ou, de outro modo, quais são os recursos que os capitalistas usam para financiar seus gastos correntes?

Para responder à questão acima formulada, é preciso, de pronto, esquecer a lógica neoclássica de que os gastos dos capitalistas são determinados pelos lucros totais.

É evidente, como já vimos, que os lucros num certo período exercem influência sobre os gastos do período seguinte. Mas a perfeita compreensão do pensamento Kaleckiano exige que: i) em qualquer período, são os gastos com investimento e consumo dos capitalistas que determinam os lucros e não o contrário; ii) se o lucro do período atual é maior do que o lucro do período anterior, então não foi só o lucro que financiou os gastos dos capitalistas do período atual. De onde provém, então, esse diferencial? Como financiar a expansão?

Seja $L(t)$ os lucros do período atual e $L(t+1)$ os lucros do período seguinte. Se $L(t+1) > L(t)$, isso significa que, no período $(t+1)$, os capitalistas gastaram mais do que seus

lucros no período (1), isto é, $L(2) = L(1) + E$, onde E representa o gasto adicional que fez com que $L(t+1) > L(t)$. De onde provém esse gasto adicional? Onde os capitalistas vão buscar E ?

Para Kalecki, os lucros passados são apenas recursos financeiros que os capitalistas usam para “movimentar seus negócios”, no período seguinte. Porém o que, de fato, cria novos recursos financeiros para viabilizar os novos gastos dos capitalistas são os próprios gastos. Dito de outra forma: os lucros são gastos antes mesmo de existirem, o que significa que os lucros se realizam no momento em que os capitalistas gastam, não importando a origem dos recursos financeiros que os capitalistas usam para efetuarem seus gastos.

Mas a pergunta se mantém: onde os capitalistas vão buscar (E), da equação $L(t+1) = L(t) + E$? Kalecki indica duas fontes: as reservas financeiras dos capitalistas e os créditos bancários. Os capitalistas constituem reservas diversas (depreciação, contingências etc), e podem fazer uso delas (e de reservas pessoais, é claro) para aumentarem seus gastos acima dos lucros realizados no período anterior.

Além do uso de reservas existentes, os capitalistas podem solicitar (e o fazem freqüentemente) créditos para gastarem mais do que os lucros obtidos no período anterior. Porém, apesar de o mecanismo de crédito ser fundamental (e esse é o papel principal do sistema bancário) no financiamento dos gastos adicionais (principalmente em investimento) dos capitalistas, é perfeitamente possível ampliar os lucros de um período apenas com os recursos financeiros do período anterior. Para que tal ocorra, é necessário que, no período seguinte, esses recursos circulem mais rapidamente entre os capitalistas.

Verifiquemos como isso é possível. O esquema de reprodução mostra que o comprado de outro por cada capitalista corresponde ao lucro desse último. É evidente que tal raciocínio supõe a exclusão dos trabalhadores e, portanto, do salário no valor da venda, uma hipótese que não prejudica os resultados. Vamos supor, também, que, num certo intervalo de tempo (um ano por exemplo), ocorram dois circuitos de compra e venda e existam três capitalistas na economia (KA, KB e KC). Podemos ter os seguintes casos:

- a) economia estacionária: nesse caso, cada capitalista gasta exatamente o que recebeu de lucro. Sejam as seguintes operações: KA compra de KB mercadorias no valor de \$ 5, KB compra de KC mercadorias no mesmo valor e KC compra de KA mercadorias no mesmo valor. Assim temos: no 1º Circuito, o total realizado é igual a \$ 15; no 2º Circuito, o total realizado é também igual a \$ 15. Portanto será \$ 30 o valor total realizado no período.
- b) economia em declínio: nesse caso, o capitalista B sempre poupa (isto é, não gasta) \$ 1 do lucro que aufera, enquanto os outros dois capitalistas continuam gastando todo o lucro. No 1º circuito, KA compra de KB mercadorias no valor de \$ 5 (KB poupa \$ 1), KB compra de KC mercadorias no valor de \$ 4 e KC compra de KA mercadori-

as no valor de \$ 4. Assim, temos: no primeiro circuito, o total realizado é igual a \$ 13; no 2º circuito, KA compra mercadorias no valor de \$4 (KB poupa \$ 1), KB compra de KC mercadorias no valor de \$ 3 e KC compra de KA mercadorias no valor de \$ 3. O total realizado no circuito é igual a \$ 10. Portanto será de \$ 23 o valor total realizado no período, o que corresponde a menos \$ 7 em relação ao exemplo anterior de uma economia estacionária.

- c) economia em expansão com emprego de recursos externos: nesse caso, o capitalista B sempre acrescenta \$ 1 (de reservas ou de crédito obtido) ao gastar seu lucro, enquanto os outros dois capitalistas continuam a gastar apenas seu lucro. No 1º circuito, KA compra de KB mercadorias no valor de \$ 5 (KB acrescenta \$ 1), KB compra de KC mercadorias no valor de \$ 6 e KC compra de KA mercadorias no valor de \$ 6. Assim, temos: no primeiro circuito, o total realizado é igual a \$ 17; no 2º circuito, KA compra de KB mercadorias no valor de \$ 6 (KB acrescenta \$ 1), KB compra de KC mercadorias no valor de \$ 7 e KC compra de KA mercadorias no valor de \$ 7. Assim, temos: no segundo circuito, o total realizado é igual a \$ 20. Portanto será de \$ 37 o valor total realizado no período, o que corresponde a mais \$ 7 em relação ao exemplo de uma economia estacionária.
- d) economia em expansão sem emprego de recursos externos: nesse caso, vamos manter toda a situação como descrita no caso da economia estacionária. Já sabemos que, para cada circuito, o total realizado é igual a \$ 15. Vamos supor, então, que, em vez de dois circuitos, tenhamos três circuitos e, nesse caso, o valor total realizado no período será de \$ 45. Numa economia em expansão, basta aos capitalistas aumentarem o número de circuitos, ou seja, basta movimentarem mais rapidamente seus recursos.

Podemos, então, concluir que qualquer que seja a fonte para realizar seus gastos com investimento e consumo num dado período, são esses gastos que geram seus lucros naquele período e é nesse sentido que os lucros são gastos mesmo antes de existirem. Mas isso que está sendo argumentado se refere a recursos monetários, e os recursos reais onde eles são encontrados? Eles vêm da capacidade produtiva instalada e que, nas economias capitalistas, não é plenamente utilizada, ou seja, eles vêm da capacidade ociosa planejada.

Para finalizar esse tópico, vamos – como fez Kalecki (1978) – considerar o consumo dos capitalistas num dado período como sendo dependente do lucro do período anterior (isto é, $C_c(t+1) = f[L(t)]$), então o investimento passa a ser a variável independente fundamental na equação simplificada dos lucros (isto é, $L = g(I)$).

Da equação simplificada dos lucros: $L = I + C_c$, podemos admitir que uma parte do lucro é consumida e a outra é poupada, então aquela equação pode ser escrita como: $S_c + C_c = I + C_c$; cancelando o consumo dos capitalistas de ambos os membros da equação, teremos:

$S_c = I$, que chamaremos equação simplificada da poupança.

Devemos observar que, para a economia neoclássica, a poupança é que determina o investimento, ou seja, são os recursos poupados que servem para financiar o investimento. Para Kalecki (1978), essa é uma concepção inteiramente equivocada, pois, se são o investimento e o consumo dos capitalistas que determinam o lucro, então é o investimento que determina a poupança dos capitalistas, e não o contrário, isto é, $S_c = h(I)$.

Do que foi argumentado acima, podemos concluir que, para haver investimentos, não é necessário haver uma poupança prévia, ou seja, o investimento se autofinancia. Do mesmo modo que os capitalistas, ao gastarem, realizam seus lucros, ao investirem, eles realizam a poupança necessária.

2.3. Investimento, taxa de juros e capital empresarial

Antes de enfrentar a discussão do investimento em Kalecki (1978), necessário se faz discutir mais cuidadosamente o papel e a equação do consumo dos capitalistas, o que nos vai permitir a prevalência do investimento (acumulação de capital) sobre as demais variáveis na determinação da dinâmica capitalista. Segundo Kalecki (1978), o consumo da classe dos capitalistas pode ser explicado através da seguinte equação:

$$C_{ct} = A + qL_{t-1} \quad (11)$$

Onde: C_{ct} = consumo capitalista no período;

A = constante que representa o consumo autônomo, no sentido de que independe dos lucros;

q = coeficiente que relaciona o consumo presente com os lucros passados;

L_{t-1} = lucros no período anterior.

Admitindo-se, como faz Kalecki (1978) a ausência de defasagem temporal, então:

$$C_{ct} = A + qL_t \quad (12)$$

O que importa fixar é que o consumo dos capitalistas pode ser dividido em duas partes: uma constante e outra que depende dos lucros passados e do presente.

Quanto à relação entre lucros e investimentos, a equação kaleckiana é $L_t = I_t + C_{ct}$. Substituindo a equação (12) nessa última, temos:

$$L_t = I_t + qL_{t-1} + A \quad (13)$$

Como supomos A e q como constantes, então o lucro no tempo t (L_t) é uma função do investimento no tempo t (I_t) e do lucro no tempo $t-1$ (L_{t-1}). De forma que:

$$L_t = I_t + q(I_{t-1} + qL_{t-2} + A) + A \quad (14) \text{ ou}$$

$$L_t = I_t + qI_{t-1} + q^2L_{t-2} + qA + A \quad (15)$$

Expandindo a última expressão e fazendo as substituições necessárias, teremos:

$$L_t = I_t + qI_{t-1} + q^2 I_{t-2} + \dots + q^n I_{t-n} + \dots + A + qA + q^2 A + q^{n-1} A + \dots \quad (16)$$

Podemos desprezar os investimentos efetuados em tempos mais distantes e reescrever a equação (16) da seguinte forma: $L_t = f(I_{t-1})$, o que corresponde a

$$L_t = I_{t-1} + A/1-q \quad (17) \text{ ou ainda, } L_t = I_t + A/1-q \quad (18)$$

Podemos reescrever a equação anterior como segue: $L_t = (I_t + A) \cdot 1/(1-q)$ (19), onde $1/(1-q)$ é o multiplicador kaleckiano e q é a propensão marginal a consumir dos capitalistas.

Em conclusão: se A e q são consideradas como constantes, então é possível afirmar que o lucro é função direta do investimento, ou o que tem o mesmo significado: o lucro depende totalmente do nível do investimento.

Dado que o investimento é a variável-chave do desenvolvimento capitalista, qual o papel da taxa de juros em relação ao investimento e à poupança? Para Kalecki, (1978) a taxa de juros não é elemento fixador do equilíbrio entre investimento e poupança, porque – como já vimos – o investimento se autofinancia, ou seja, no ato de investir, há a criação da poupança correspondente, e isso independe da taxa de juros do mercado. Os juros são tipicamente um fenômeno monetário.

Um aspecto fundamental da teoria da firma e do investimento em Kalecki (1978) é aquele que relaciona investimento com dimensão do capital empresarial, ou seja, diferentemente da economia tradicional que apresenta dois fatores de restrição aos investimentos (deseconomias de escala e limitações de mercado), Kalecki (1978) vai argumentar que, mesmo reconhecendo possuir toda firma um tamanho ótimo, nada impede um empresário de ter várias plantas. O que limita o investimento é a dimensão do capital próprio: primeiro porque define a capacidade de endividamento da empresa e, em segundo, porque define a taxa de risco para os empréstimos.

Com base nos conceitos de capital próprio e risco crescente, Kalecki (1978, p. 130) formula o seguinte resultado:

“A limitação do tamanho da firma pela disponibilidade de capital da empresa chega ao âmago do sistema capitalista. Muitos economistas supõem, pelo menos em suas teorias abstratas, um estado de democracia econômica onde qualquer pessoa com o Dom da habilidade empresarial pode obter capital para iniciar um negócio. Esse quadro das atividades do empresário ‘puro’ não é, para pôr a coisa em termos modestos, realista. O pré-requisito mais importante para alguém se tornar empresário é a propriedade de capital”.

3. A abordagem de Schumpeter

3.1. Fluxo circular e estado de equilíbrio

Na abordagem de Schumpeter (1982), parte-se de um sistema de equilíbrio estático, isto é, sem desenvolvimento. Na verdade, trata-se de um modelo de reprodução econômica, não de um estado estacionário rígido, mas lentamente mutável. Essa situação é representada por um fluxo circular em equilíbrio e baseia-se nas seguintes suposições:

- a) não há lucros extraordinários;
- b) não existem inovações;
- c) os processos de trabalho são tradicionais;
- d) o dirigente da produção é um administrador de rotinas conhecidas;
- e) não há incerteza quanto ao futuro.

Neste estado de equilíbrio, as mudanças são pequenas e ocorrem lentamente, por conseqüência são necessários apenas pequenos ajustes de variáveis econômicas padrões a estas alterações marginais, oriundas normalmente do lado da demanda. Como corretamente percebeu Possas, "quaisquer mudanças, mesmo adaptativas, admitidas no fluxo circular, podem no máximo, acarretar deslocamentos ao longo das funções de produção e não deslocamentos." (POSSAS, 1987, p.171).

O fluxo circular schumpeteriano define, então, relações dadas entre variáveis, onde há crescimento, mas não desenvolvimento, ou seja, com preços walrasianos de equilíbrio, os dois lados do mercado (consumidores e firmas) ajustam as suas quantidades procuradas e ofertadas. Feitos os ajustes pelas quantidades, os produtos marginais de cada fator determinam a distribuição funcional da renda de equilíbrio.

Quais são as hipóteses complementares que sustentam esse modelo estático? Podemos enumerar as seguintes:

- a) há pleno emprego nos mercados de bens, de trabalho e de capitais;
- b) o crescimento, a acumulação e a renda dependem de variações pequenas no uso da força de trabalho;
- c) a poupança é uma função constante do nível corrente de renda;
- d) não há crédito à produção, dado que as receitas do fluxo alimentam o nível daquela.

Dadas essas hipóteses e a descrição do fluxo circular, enquanto sistema de equilíbrio walrasiano, devemos observar que para Schumpeter, não existe fato puramente econômico, pois existem outros fatores não-econômicos influenciando o chamado processo social. E se os fatos sociais são o resultado do comporta-

mento humano, os fatos econômicos são provocados e resultam do comportamento econômico. Este último definido como um comportamento que visa à aquisição de bens.

No sentido apontado acima, todas as pessoas são obrigadas a agir economicamente. Todos são, pois, agentes econômicos. E a interação daqueles agentes geram os fatos econômicos em geral. O objetivo de Schumpeter, (1982) como colocado pelo mesmo, é explicar um fato econômico essencial: o desenvolvimento econômico. Para tanto argumenta o autor que não há mudanças “naturais” na economia, ou seja:

“Se o sistema econômico não se modifica ‘por si’, não estaremos desprezando nada de essencial com relação ao nosso presente objetivo, se supusermos simplesmente que ele permanece como é, mas estaremos expressando meramente um fato com sua precisão ideal. E se descrevermos um sistema completamente imutável, é certo que fazemos uma abstração, mas apenas com o intuito de expor a essência do que efetivamente acontece. Provisoriamente nós o faremos. Não se trata de algo contrário à teoria ortodoxa, mas, no máximo, apenas contrário à sua exposição usual que não expressa claramente nosso ponto de vista”. (SCHUMPETER, 1982, p.13).

Ainda no contexto do enfoque do fluxo circular, o autor vai desenvolver seu conceito de produção, argumentando que a mesma nada cria no sentido físico de que haja algo efetivamente “produzido”, tanto do ponto de vista econômico, quanto na ótica do processo tecnológico, pois, tanto num sentido quanto no outro, produzir significa combinar forças e coisas que estão ao alcance do agente econômico. Assim, todos os métodos de produção são diferentes porque as formas de combinações são diferenciadas.

3.2. Inovações, empresário e dinâmica capitalista em Schumpeter

Vimos que a produção é o resultado de combinações entre forças e “coisas” que estão ao alcance do agente produtor. Porém as combinações continuam a ser um fenômeno ainda do fluxo circular estático, apenas as novas combinações são consideradas como “instrumentos” de mudanças radicais – revolucionárias, podemos dizer, seguindo Schumpeter, (1982) que representam a essência do fenômeno responsável pelo desenvolvimento.

Schumpeter (1982) vai desenvolver a contradição entre continuidade e ruptura, nos seguintes termos:

“As mudanças contínuas, que podem eventualmente transformar uma pequena firma numa grande loja de departamentos, mediante adaptação contínua, feita

em inúmeras etapas pequenas, estão no âmbito da análise 'estática'. Mas a análise 'estática' não é apenas incapaz de prever as conseqüências das mudanças descontínuas na maneira tradicional de fazer as coisas; não pode explicar a ocorrência de tais revoluções produtivas nem os fenômenos que as acompanham. Só pode investigar a nova posição de equilíbrio depois que as mudanças tenham ocorrido. Essa ocorrência da mudança 'revolucionária' é justamente o nosso problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal." (SCHUMPETER, 1982, p.46).

Então, pode-se dizer que o desenvolvimento econômico, diferentemente do crescimento econômico, é um promotor de desequilíbrios no fluxo circular, ou seja, é "uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente" (SCHUMPETER, 1982, p. 47).

Outro aspecto fundamental do pensamento de Schumpeter é que essas "mudanças desequilibradoras" surgem sempre no âmbito da produção e nunca na esfera do consumo. São os produtos "revolucionários" que promovem as mudanças, e os consumidores passam a ser induzidos ao consumo dos novos produtos oriundos daquelas mudanças. Significa dizer que, em vez de os consumidores soberanos – da teoria tradicional – que, fazendo suas escolhas, decidem o que deve ser produzido, são os produtores que decidem, ao final, que produtos devem ser produzidos e, conseqüentemente, consumidos. Claro que isso não nega que os produtos devam ser **legitimados** no mercado, logo pelos demandantes, porém fica evidente que se trata apenas de uma legitimação.

As mudanças de que estivemos falando são novas formas de produzir e combinar fatores produtivos, gerando produtos novos ou de melhor qualidade, e/ou de mais baixo custo. Dito de outra forma, as novas combinações sempre aparecem de forma descontínua, irreversível e destruindo combinações ultrapassadas. Essas novas combinações caracterizam-se por representarem um instrumento endógeno para o sistema capitalista exercer sua destruição criadora, ou seja, formas antigas são destruídas, firmas tecnologicamente atrasadas são fechadas, capitalistas de mentalidade burocrática abrem falência. As novas combinações exitosas são denominadas de inovações e são o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico.

Schumpeter (1982) destaca então os seguintes tipos de inovações:

- a) introdução de um novo produto;
- b) descoberta de um novo método de produção;
- c) abertura de um novo mercado, no país ou no exterior;
- d) descoberta de uma nova fonte de oferta de matéria-prima;
- e) uma nova organização de qualquer indústria, como monopólio, ou fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1982, p. 48)

Não obstante o papel central das inovações dentro do enfoque de Schumpeter, elas não surgem por si mesmas, mas são sempre o resultado da ação consciente do empresário inovador. Quem é o empresário inovador? É um líder capaz de tornar eficiente o esforço de obtenção de novas combinações reunindo pessoal especializado (técnicos e cientistas) e capitais.

É importante observar que o empresário inovador atua num ambiente não concorrencial, formado basicamente por estruturas oligopólicas, o que permite a obtenção de lucros extraordinários. A produção de lucros extraordinários estimula novos investimentos, dando origem a possibilidades de novas fontes de lucros, num processo que se assemelha às ondas concêntricas que vão diluindo-se, até que novas inovações são criadas.

A caracterização mais apropriada – do nosso ponto de vista – do que seja o empresário inovador, é feita pelo próprio Schumpeter nos seguintes termos:

“Em certo sentido, pode ser chamado, o mais racional e o mais egoísta de todos. Pois, como vimos, a racionalidade consciente entra muito mais na realização de novos planos, os quais devem ser elaborados antes de que se possa atuar com base neles, do que na mera direção de um negócio estabelecido, que é em grande parte uma questão de rotina. E o empresário típico é mais egocêntrico do que os de outra espécie, porque, menos do que estes, conta com a tradição e a conexão, e porque a sua tarefa característica – teórica como historicamente – consiste precisamente em demolir a velha tradição e criar uma nova. Embora isso se aplique primariamente à sua ação econômica, também se estende às conseqüências morais, culturais e sociais desta”. (SCHUMPETER, 1982, p. 64).

Não obstante essa apresentação do empresário inovador, como o mais racional, Schumpeter (1982) vai destacar que o mesmo só é racional no sentido apresentado acima e em nenhum outro. Enquanto em sentido nenhum o mesmo pode ser chamado de hedonista, pois:

“Antes de tudo, há o sonho e o desejo de fundar um reino privado, e comumente, embora não necessariamente uma dinastia. O mundo moderno realmente não conhece nenhuma colocação desse tipo, mas o que pode ser alcançado pelo sucesso industrial ou comercial ainda é, para o homem moderno, a melhor maneira possível de se aproximar da nobreza medieval” ... “Há então o desejo de conquistar: o impulso para lutar, para provar-se superior aos outros, Ter sucesso em nome, não de seus frutos, mas do próprio sucesso. Nesse aspecto, a ação econômica torna-se afim do esporte – há competições financeiras, ou melhor, lutas de box. O resultado financeiro é uma consideração secundária, ou, pelo menos, avaliada principalmente como índice de sucesso e sinal de vitória, cuja exibição mui freqüentemente é mais importante como fator de altos gastos, do que o desejo dos bens de consumo em si mesmos”. ... “Finalmente, há a alegria de criar, de fazer as

coisas, ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade.”
(SCHUMPETER, 1982, p. 65).

Há em alguns círculos uma certa tendência de confundir o inventor de novas máquinas, equipamentos e métodos com o inovador. Diferentemente do que poderia parecer numa análise superficial, a função do empresário inovador não se confunde com a do “inventor” de novas combinações. Podemos, pois, dizer que a função precípua do empresário é adotar economicamente as inovações, pois, se as mesmas não forem colocadas em “função econômica”, serão inteiramente irrelevantes, mesmo que tecnologicamente represente um produto ou sistema avançadíssimo.

Na mesma linha de entendimento, para Schumpeter (1982), o capitalista e o empresário nunca são a mesma pessoa (excetuando casos muitos excepcionais), pois o empresário nunca é o proprietário dos meios de produção.

Podemos, então, concluir esse tópico do trabalho, afirmando que a dinâmica capitalista, em Schumpeter (1982), é determinada não pelo investimento (a acumulação de capital) e, sim, pelas inovações empresariais, isto é, para promover lucros crescentes e desenvolvimento econômico, o empresário precisa, sempre e regularmente, de inovações tecnológicas, economicamente viáveis e de crédito bancário, de maneira a transformar capital em meios de produção, adotando assim as inovações, gerando novos produtos e novos mercados.

3.3. Função do crédito e do sistema bancário

No sistema de Schumpeter (1982), o crédito é um componente essencial, porque o empresário inovador não é, via de regra, um capitalista clássico, pois não possui, a rigor, meios de produção, aliás o capital está “pulverizado” em milhares de partículas econômicas (“raspas” de valor-capital), chamadas de ações. Também não possui recursos suficientes para viabilizar novas combinações e novos investimentos. É o banqueiro que fornece poder de compra ao empresário, ordenando acesso à corrente de recursos existentes, isto é, meios de produção, matérias-primas e trabalhadores.

Na lógica schumpeteriana sobre capital e crédito, um aspecto da maior importância é entender que ninguém, ou seja, nenhum agente econômico, além de o empresário inovador, precisa de crédito. Não há ou é absolutamente desprezível, na ótica de Schumpeter, o crédito pessoal ou ao consumidor. O crédito é sempre a emissão de um comando ao sistema econômico, autorizando a criação de novos meios de produção para o empresário, e isso fica claramente explicitado, no trecho abaixo:

“... em princípio, ninguém além do empresário precisa de crédito – ou o corolário, mas de imediato uma afirmação muito menos estranha, de que o crédito serve

ao desenvolvimento industrial” ... “Ele (o inovador) só pode tornar-se empresário ao tornar-se previamente um devedor. Torna-se um devedor em consequência da lógica do processo de desenvolvimento, ou para dizê-lo ainda de outra maneira, sua conversão em devedor surge da necessidade do caso e não é algo anormal, um evento acidental a ser explicado por circunstâncias particulares. O que ele quer primeiro é crédito, antes de requerer qualquer espécie de bens, requer poder de compra. É o devedor típico na sociedade capitalista.” (SCHUMPETER, 1982, p. 71-72).

Uma definição do fenômeno crédito numa sociedade capitalista que baseia seu desenvolvimento no empresário inovador deve levar em conta que o crédito não é apenas a criação de poder de compra antecipado, ou seja, é o direito que o empresário exerce sobre algo que não foi ainda produzido, porém, dado o caráter inovador do projeto, o sistema bancário antecipa poder de compra certo de lucros futuros extraordinários para o empresário e retorno proporcional e garantido para os bancos. Como destaca o próprio Schumpeter (1982, p. 14):

“O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens, antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas.” (Schumpeter, 1982, p. 74).

Do que foi dito acima, pode-se deduzir que os recursos de curto prazo das firmas são utilizados para reproduzir o fluxo circular e, com o crédito, ocorre o desenvolvimento econômico, resultado das inovações. Por sua vez, o desenvolvimento torna-se independente de qualquer poupança prévia.

Mais uma vez é preciso deixar claro o papel e o sentido econômico do crédito. Ele é crédito à produção, ou melhor, é crédito à inovação. Os novos bens gerados produzem receitas e conseqüentemente lucros, parte desses últimos são utilizados para pagamento ao sistema bancário e parte para reposição dos equipamentos, à medida que os mesmos são depreciados, ou seja, o crédito serve de alavanca, porém os empresários devem retirar do próprio fluxo adicional os componentes da reprodução subsequente. Assim, novos créditos só serão criados e disponibilizados – prioritariamente – para novos processos de inovações. Significa dizer que não há crédito para repetição de processos que se tornaram de domínio

comum. O crédito, como já foi frisado, é dirigido para gerar poder de compra para as inovações.

Com a concessão do crédito e haja vista a suposição de pleno emprego presente no modelo, podemos afirmar que os novos recursos creditícios tendem a elevar os preços dos fatores e, assim, terminam por deslocar recursos de combinações mais antigas e menos produtivas, para as novas combinações, mais eficientes. As firmas tradicionais desaparecem ou entram numa “letargia de crescimento”, dando lugar, assim, ao processo de destruição criativa. Com o maior poder de mercado conquistado com as inovações, as empresas de vanguarda conseguem expandir suas produções com preços crescentes.

É evidente que tal estrutura de produção e de preços crescentes constitui uma posição de oligopólio que, se, de um lado, gera lucros extraordinários, de outro, desencadeia um processo inflacionário que, normalmente, é neutralizado pela entrada de novas firmas no mercado, adotantes de novos processos similares e ofertantes de produtos diferenciados. A inflação e os lucros extras elevam o poder das firmas se autofinanciarem, reduzindo a demanda por crédito. A retração do crédito é acentuada no momento em que há uma inversão e a grande maioria dos empresários começam a pagar seus débitos de empréstimos.

Na situação mostrada acima, os bancos começam a apresentar um excesso acentuado e crescente de liquidez, conseqüentemente, reduzem a emissão de moeda secundária, a oferta monetária se contrai, a taxa de juros baixa, assim como os preços dos produtos. Nesse contexto, não há retomada dos investimentos. Se o processo se torna continuado e não surgir uma nova expansão das inovações e de empresários inovadores e dos respectivos créditos de suporte, a economia tende para a depressão.

Por último, uma nota sobre o conceito de capital em Schumpeter (1982). Para ele, Capital é um instrumento (uma alavanca) com o qual o empresário coloca sob seu controle os bens de que necessita para produzir, um meio (novamente a alavanca schumpeteriana) para desviar os fatores de produção para novos usos, ou seja:

“Capital é então um fundo de poder de compra. Só enquanto tal pode desempenhar sua função essencial, a única função para a qual o conceito de capital tem um uso na teoria, que não pode ser substituído com igual adequação pela enumeração de categorias de bens.” (SCHUMPETER, 1982, p. 82).

4. Conclusão

Vamos encontrar, de imediato, duas identidades entre Kalecki (1978) e Schumpeter (1982): i) a compreensão da economia capitalista como essencialmente instável e dinâmica, o que significa uma “estrutura” que tende sempre para o “desequilíbrio dinâmico” e nunca para o “equilíbrio estático”; ii) o entendimento de que, diferentemente da economia ortodoxa,

o investimento se autofinancia e de que a poupança apenas se ajusta, ou mesmo - com mais precisão em Kalecki (1978) – é ela criada pelo próprio investimento, à medida que, para ambos os economistas, os capitalistas realizam seus gastos sempre acima dos recursos próprios e através de crédito, apesar de Kalecki (1978) levantar a tese de que o aumento do número de circuitos – seguindo uma idéia que está nos esquemas de reprodução de Marx – pode gerar efeitos dinâmicos e expansivos na economia.

No modelo de Kalecki (1978), é possível aumentar o volume dos lucros e, conseqüentemente, dos investimentos, apenas com recursos monetários internos das firmas, elevando o número de rotações, porém é evidente que, com o crédito bancário, é possível aumentar mais ainda o volume dos lucros. Gerada a renda, ela transforma-se em poupança que paga os empréstimos tomados. No sistema de Schumpeter (1982), todo investimento novo é de inovações, e essas só são introduzidas se financiadas pelo crédito bancário, pois o empresário schumpeteriano precisa de uma “alavanca” para retirar do “sistema” poder de compra, dado que ele, o empresário inovador, não é dono dos meios de produção. Para Schumpeter (1982), então, não há limitações ao investimento pelo lado da poupança, pois o investimento depende de projetos viáveis – economicamente falando, de inovadores e de crédito.

Em Kalecki (1982), a lei que rege o investimento (a acumulação de capital) é o da reprodução ampliada, ou seja, o capitalista, enquanto representante do capital, acumula e amplia a escala da produção, o que é uma tese por demais explorada por Marx n’O Capital.

O que determina o investimento, ou seja, a introdução de inovações, em Schumpeter? O “espírito animal” do empresário keynesiano? Ou o desejo de acumular do capitalista, como em Marx? Nenhuma das duas respostas são encontradas em Schumpeter. Aliás, não há resposta aceitável para essa pergunta. As inovações schumpeterianas talvez precisem de um “impulso inicial” do pé de Adão, para ficar na mesma crítica que ele faz a Kalecki, segundo identificou Possas: *“Isso dá conta do ciclo econômico que, de acordo com esse modelo, certamente requer um impulso de partida – algum problema, por exemplo, que tenha ocorrido na indústria de criação de maçãs ao tempo em que Adão e Eva habitavam o Paraíso – mas então poderia prosseguir para sempre”*. (Schumpeter, 1939, p. 187, apud POSSAS, 1987, p. 200).

REFERÊNCIAS

- JOBIM, Antônio Jaime Gama. **A macroeconomia de Michal Kalecki**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 123p.
- KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

MEEK, R. **Economia e ideologia**. Rio de Janeiro : Zahar, 1971. 288 p.

MIGLIOLI, Jorge. **Kalecki**. São Paulo : Ática, 1980. 224 p. (coleção grandes cientistas sociais).

———. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A Queiroz, 1982. 296p.

POSSAS, Mário Luiz. **Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 352p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 168p. (coleção os economistas).